

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Energia solar em casa.....	2
Título: Às pressas.....	2
Título: Para especialistas, certame vai estimular investimentos e empregos no setor.....	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Para especialistas, certame vai estimular investimentos e empregos no setor.....	5
Título: Leilão da cessão onerosa fica para próximo governo.....	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: Leilão de excedente de petróleo fica para 2019.....	8
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	9
Título: Gasolina está mais cara.....	9
VEÍCULO: Valor Econômico.....	11
Título: Leilão da cessão onerosa fica para 2019	11
Título: ANP propõe mercado mais flexível para gás	12
Título: Roraima sugere que Eletrobras reforme linhão da Venezuela.....	14
Título: 'Esqueletos' jogam bilhões nas contas de energia.....	15
Título: Quando a transparência cega	17
Título: 2019 (VII) - As concessões.....	19
Título: Petrobras entra em nova fase de exploração.....	22
Título: Furacão Florence e queda na previsão de produção dos EUA puxam cotações	23
Título: Indefinição política pesa sobre futuro da petroleira, avalia UBS	24
Título: 'Judicialização sistêmica' ameaça investimentos em energia	25
Título: Curta.....	28

Título: Apple e setor de energia dão o tom em NY	28
Título: Petros atualiza estatuto para reforçar governança	29

VEÍCULO: O Globo**Data: 12/09/2018****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Energia solar em casa**

Essa MP 851, editada ontem por Temer e que prevê a criação de fundos patrimoniais para financiar projetos de interesse público, traz um artigo que permite, veja que legal, a liberação de R\$ 370 milhões do chamado Fundo do Clima para pessoas que querem instalar energia solar em suas casas.

As condições do financiamento, promete Dyogo Oliveira, presidente do BNDES, serão divulgadas logo após a aprovação da regulamentação pelo comitê do Fundo do Clima.

VEÍCULO: O Globo**Data: 12/09/2018****Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura****Título: Às pressas**

Governo adianta edital de leilão de R\$ 100 bi

Afim de garantir uma arrecadação de até R\$ 100 bilhões já em 2019, o governo decidiu ontem se adiantar e encaminhar ao Tribunal de Contas da União(TCU) a proposta de edital para realizar um megaleilão de petróleo na camada pré-sal a partir de reservas excedentes em áreas da Bacia de Santos cedidas à Petrobras. A intenção, segundo o governo, é abrir caminho para que essa operação possa ser feita no primeiro semestre de 2019, já no mandato do novo presidente.

Enviar os documentos neste momento acelera o processo porque, a partir do próximo ano, o TCU irá exigir receber os dados de uma licitação com antecedência mínima de 150 dias da data da publicação do edital. Se o governo deixar para encaminhar as minutas em 2019, haveria o risco de o leilão só poder ser realizado em 2020, por causa do tempo de análise do tribunal. Isso adiaria a arrecadação do governo e os investimentos no setor de petróleo.

Num movimento pouco usual, os documentos serão enviados ao TCU sem números. Isso porque o governo ainda não chegou a um acordo com a Petrobras sobre a revisão do contrato da chamada cessão onerosa, que se arrasta há mais de um ano. Por meio desse contrato, a estatal adquiriu, em 2010, o direito de explorar cinco bilhões de barris de petróleo numa área do pré-sal que fica na Bacia de Santos. Foi a maneira encontrada pelo governo para reforçar o capital da empresa para os investimentos na nova fronteira de exploração do setor.

O petróleo que será leiloado é o que excede essa cota adquirida pela Petrobras nessa área, mas isso depende de um acordo entre o governo e a estatal para revisar o contrato da cessão onerosa. A negociação é baseada na reavaliação, que já era prevista, das seis áreas concedidas, que se mostraram com potencial bem maior do que o estimado em 2010. Além dos R\$ 100 bilhões que as empresas pagariam no leilão pelo direito de exploração, o governo estima que outros R\$ 50 bilhões por ano entrariam para os cofres públicos com royalties e participações especiais.

O governo diz que pretende assinar a revisão do contrato com a estatal ainda este ano, primeiro passo para a realização do leilão. As duas partes já acordaram que a Petrobras sairá da negociação com recursos a receber. Ontem, **o secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix**, disse que esse pagamento poderá ser feito em dinheiro — parte da arrecadação com o leilão, portanto, irá para a estatal. Num primeiro momento, o governo avaliou que seria melhor pagar em petróleo. Mas, depois, concluiu que seria necessário abrir uma nova negociação apenas para converter os valores.

‘PONTINHOS’

Félix ponderou que o acordo não pode ser feito de forma açodada e que a negociação em curso não impede a análise do edital do leilão pelo TCU. Segundo o secretário, o governo mandará os documentos apenas com os “parâmetros” da negociação, e o leilão será uma decisão do novo presidente. O acordo entre o governo e a Petrobras também vai depender da velocidade da análise que será feita pelo TCU.

Caso o processo seja concluído pelo tribunal depois das eleições, a assinatura do novo contrato também ficará a cargo do próximo governo. — As minutas têm pontinhos no lugar dos números, porque os números dependem do texto final do acordo. Esses números podem causar uma confusão na cabeça das pessoas—disse Félix. —O leilão não tem mais prazo para ocorrer neste ano. Mandar os documentos para o TCU vai acelerar a convergência do processo.

Estamos antecipando o que deveria ser feito. Ainda está em tramitação no Congresso um projeto de lei que facilita o acordo entre União e Petrobras para a realização do leilão. O texto já passou pela Câmara, mas ainda aguarda análise do Senado. O secretário afirmou que, caso as propostas recebam aval do Tribunal, não será necessário ter aprovado o projeto de lei: — Pelo caminho que estamos usando, não vai depender do projeto aprovado. A ideia que surgiu é que poderíamos usar os pontos do projeto de lei sem aprovar o projeto de lei.

(Colaborou Ramona Ordoñez)

VEÍCULO: O Globo

Data: 12/09/2018

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa

Título: Para especialistas, certame vai estimular investimentos e empregos no setor

Tendência de alta da cotação internacional do petróleo pode favorecer a revisão da cessão onerosa

O leilão das reservas excedentes da chamada cessão onerosa é considerado por especialistas uma das melhores oportunidades em termos de arrecadação da história do setor de petróleo e gás para o governo. Além das estimativas do **Ministério de Minas e Energia (MME)** de um potencial de até R\$100 bilhões para os cofres públicos, a venda de áreas de exploração cria novas oportunidades de investimentos para as petroleiras.

Segundo Giovani Loss, especialista em petróleo e gás e sócio do escritório Mattos Filho, a realização do certame é ainda mais importante no atual momento da economia, que ainda sofre os reflexos da crise dos últimos anos e da incerteza em relação às eleições.

Para ele, o país não pode perder a oportunidade de vender novos blocos no pré-sal no momento em que o preço internacional da commodity está em trajetória

de alta, já cotado acima de US\$70: — Esse leilão será importante para a economia como um todo.

Vai ajudar a impulsionar a atividade do setor, com mais encomendas e empregos. Não podemos deixar de aproveitar os preços altos do barril como nos últimos anos, quando as rodadas (leilões) ficaram paradas com a discussão do marco regulatório.

Segundo Maurício Cañedo, da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getulio Vargas, o leilão vem em um momento importante para desenvolver o setor, que sofreu com a redução dos projetos da Petrobras nos últimos anos: — Isso vai ajudar a indústria a criar novos empregos. Haverá mais royalties, o que deve ajudar cidades e estados em arrecadação.

No entanto, John Forman, da consultoria JF, acredita que a negociação entre o governo e a Petrobras para a revisão do contrato de cessão onerosa, essencial para o leilão, ainda vai levar alguns meses. Isso porque, avalia, a União pode se beneficiar com a alta mais acentuada do preço do petróleo.

Forman lembra que, quando o acordo foi assinado, em 2010, o barril do petróleo estava no patamar de US\$ 100. Depois, caiu a menos de US\$ 50 e, hoje, está subindo novamente. Por isso, diz, quanto maior a cotação, menos a União terá de pagar à Petrobras a título de indenização por causa da queda dos preços: — Mas ainda há muita incerteza por conta da eleição. Dependendo de quem ganhar, tudo pode mudar.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 12/09/2018

Seção: Mercado

Autor: Bruno Rosa

Título: Para especialistas, certame vai estimular investimentos e empregos no setor

Tendência de alta da cotação internacional do petróleo pode favorecer a revisão da cessão onerosa

O leilão das reservas excedentes da chamada cessão onerosa é considerado por especialistas uma das melhores oportunidades em termos de arrecadação da história do setor de petróleo e gás para o governo. Além das estimativas do **Ministério de Minas e Energia (MME)** de um potencial de até R\$100 bilhões

para os cofres públicos, a venda de áreas de exploração cria novas oportunidades de investimentos para as petroleiras.

Segundo Giovani Loss, especialista em petróleo e gás e sócio do escritório Mattos Filho, a realização do certame é ainda mais importante no atual momento da economia, que ainda sofre os reflexos da crise dos últimos anos e da incerteza em relação às eleições.

Para ele, o país não pode perder a oportunidade de vender novos blocos no pré-sal no momento em que o preço internacional da commodity está em trajetória de alta, já cotado acima de US\$70: — Esse leilão será importante para a economia como um todo.

Vai ajudar a impulsionar a atividade do setor, com mais encomendas e empregos. Não podemos deixar de aproveitar os preços altos do barril como nos últimos anos, quando as rodadas (leilões) ficaram paradas com a discussão do marco regulatório.

Segundo Maurício Cañedo, da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, o leilão vem em um momento importante para desenvolver o setor, que sofreu com a redução dos projetos da Petrobras nos últimos anos: — Isso vai ajudar a indústria a criar novos empregos. Haverá mais royalties, o que deve ajudar cidades e estados em arrecadação.

No entanto, John Forman, da consultoria JF, acredita que a negociação entre o governo e a Petrobras para a revisão do contrato de cessão onerosa, essencial para o leilão, ainda vai levar alguns meses. Isso porque, avalia, a União pode se beneficiar com a alta mais acentuada do preço do petróleo.

Forman lembra que, quando o acordo foi assinado, em 2010, o barril do petróleo estava no patamar de US\$ 100. Depois, caiu a menos de US\$ 50 e, hoje, está subindo novamente. Por isso, diz, quanto maior a cotação, menos a União terá de pagar à Petrobras a título de indenização por causa da queda dos preços: — Mas ainda há muita incerteza por conta da eleição. Dependendo de quem ganhar, tudo pode mudar.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 12/09/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Leilão da cessão onerosa fica para próximo governo

Rio de Janeiro- O mega leilão do petróleo excedente da área da cessão onerosa deverá ficar para o primeiro semestre de 2019, a depender do próximo governo, afirmou nesta terça-feira (11) o **secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix**.

O governo do presidente Michel Temer tentou realizar o leilão sob sua gestão, e a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) chegou a prever que seria possível promover a licitação em 29 de novembro.

No entanto, a oferta do petróleo excedente da região apenas será possível após um acordo entre Petrobras e governo a respeito da renegociação do contrato da cessão onerosa e depois da aprovação de um projeto de lei no Senado sobre o assunto, que pode autorizar a licitação.

"Não tem como fazer mais o leilão neste ano, ele vai ser no primeiro semestre do ano que vem", disse Félix.

O contrato da cessão onerosa foi assinado em 2010 entre governo e Petrobras para permitir que a estatal produza até 5 bilhões de barris de óleo equivalente em uma determinada região do pré-sal.

A Petrobras pagou R\$ 74,8 bilhões à União na época por esse direito, mas estima-se que os volumes de petróleo na área são muito maiores, o que levou o governo a buscar a realização de um leilão desses excedentes, visando arrecadar bilhões.

Um projeto em tramitação no Senado deve ajudar na conclusão das negociações entre Petrobras e o governo, que vão definir se a estatal será credora ou devedora da União no processo que pode envolver bilhões de reais.

No entanto, a deliberação da matéria tem sido adiada no Senado em meio a preocupações de parlamentares com a votação de temas polêmicos antes das eleições de outubro.

O secretário-executivo acredita que seja possível que União e Petrobras assinem no próximo mês a renegociação do contrato — prevista no acordo original para depois que áreas fossem declaradas comerciais.

Isso será possível depois que o TCU (Tribunal de Contas da União) avaliar a minuta de aditivo ao contrato, que poderá ser enviado ao órgão pelo governo ainda nesta semana.

Félix não quis adiantar valores ou detalhes que estão presentes na minuta do aditivo. "Agora a bola vai estar com o TCU. Quando o TCU nos devolver isso, estará muito próximo de resolver", afirmou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 12/09/2018****Seção: Economia****Autor: Fernanda Nunes / RIO****Título: Leilão de excedente de petróleo fica para 2019**

Além das áreas que estão com a Petrobrás, e que devem voltar para a União, outros 5 bilhões de barris de petróleo do pré-sal seriam oferecidos ao mercado

O governo desistiu definitivamente de realizar o leilão de áreas de pré-sal que estão com a Petrobrás e serão devolvidas à União. A estatal tem o direito de ficar com 5 bilhões de barris de óleo equivalente (boe), relativos ao contrato de cessão onerosa assinado em 2010. No mesmo reservatório, no entanto, encontrou outros 5 bilhões de boe, o excedente da cessão onerosa, que retornarão às mãos do governo para serem oferecidos ao mercado em leilão.

Apesar da expectativa das grandes petroleiras estrangeiras e das tentativas do presidente Michel Temer, os trâmites legais não foram cumpridos a tempo de realizar a concorrência até dezembro. Agora, a decisão de passar essa fatia do pré-sal à iniciativa privada será do novo presidente da República. Para realizar o leilão, o governo deveria ter chegado a um acordo com a Petrobrás sobre o real valor dos 5 bilhões de boe adquiridos pela estatal há oito anos, quando foi assinado o contrato.

A empresa pagou R\$ 74,8 bilhões, mas como a cotação do barril de petróleo despencou e o contrato prevê a revisão desse valor, a Petrobrás reivindica um crédito do governo. Há quase cinco anos, os dois lados negociam sem concluir o valor a ser devolvido. Ainda que não tenha conseguido realizar o leilão durante o seu governo, o presidente Temer quer deixar o processo encaminhado para o seu sucessor e condiciona o pagamento do crédito à Petrobrás à arrecadação com a concorrência.

Revisão do contrato. Nos próximos dias, vai enviar documentos ao Tribunal de Contas da União (TCU) com os detalhes do leilão e também da revisão do contrato de cessão onerosa assinado com a estatal. A ideia é já deixar definido que o crédito da estatal será pago pelas petroleiras que saírem vitoriosas do leilão pelas áreas adquiridas. Vai ser indicado ainda que a concorrência aconteça no segundo trimestre de 2019.

"Não tem mágica. Qual a fonte de receita extra para pagar uma conta extra? Só tem essa (o bônus de assinatura que será pago pelas petroleiras após o leilão)", afirmou o **secretário executivo do Ministério de Minas e Energia (MME)**,

Márcio Felix, que ontem esteve no Rio para participar da assinatura dos contratos de concessão da 15.ª Rodada de Licitações.

"A gente possivelmente vai assinar neste ano o aditivo (do contrato da cessão onerosa) para realizar o leilão no segundo trimestre do ano que vem. É claro que vai depender do candidato (vencedor das eleições à Presidência)." No passado, as duas partes – União e estatal – chegaram a avaliar que a empresa poderia receber os reservatórios do excedente da cessão onerosa como pagamento. Mas, segundo Felix, essa alternativa foi descartada. "Acho muito complicado. É mais simples pagar em dinheiro", argumentou o secretário.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 12/09/2018

Seção: Economia

Autor: Andressa Paulino

Título: Gasolina está mais cara

Mesmo após a Petrobras ter anunciado uma nova política de preços com reajustes quinzenais, a cotação do dólar ainda impulsiona o preço do combustível no país. Em 13 estados brasileiros, o combustível já ultrapassa os R\$ 5. Os dados da Síntese dos Preços Praticados, pesquisa realizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), mostram que, no Tocantins, é possível encontrar a gasolina por R\$ 6,29.

De acordo com o levantamento, consumidores de estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Acre e Tocantins são os que mais sofrem com o alto preço da gasolina. Enquanto o preço médio do combustível fica em torno de R\$ 4,14 em Santa Catarina, no Acre, atinge R\$ 5,07. No Rio, R\$ 4,96, enquanto em Minas e Tocantins a média é de R\$ 4,80.

Segundo o economista e professor do Curso de Especialização em Mercado Financeiro e Investimentos da Universidade de Brasília (UnB) César Bergo, o preço da gasolina tem grande influência da cotação do dólar, que impulsiona o valor dos barris de petróleo. "A cotação do dólar está em alta há alguns dias, o reajuste está chegando agora nas bombas", explicou.

Outro fator que impulsiona o preço da gasolina é o consumo do combustível no exterior. De acordo com Bergo, Índia e China estão consumindo mais energia proveniente do petróleo e isso valoriza o produto, que, de acordo com a lei de oferta e demanda, se torna mais caro. "Com o consumo aumentando nesses países, o combustível é mais valorizado, já que temos um limite mundial de

produção”, acrescentou.

Para Patricia Agra, sócia da área de defesa da concorrência do L.O. Baptista Advogados, há também razões internas que não permitem uma redução no preço do combustível. Entre elas, estão o tabelamento do frete, regulamentado pela Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), e a incerteza política causada no período eleitoral.

No DF, preço mais em conta

Ao contrário dos preços exorbitantes de outras regiões do país, houve um recuo de R\$ 0,10 no valor da gasolina do Distrito Federal. De acordo com o levantamento realizado pela ANP, o preço médio do combustível na capital federal é de R\$ 4,72, mas assim como existem valores próximos de R\$ 5, em alguns estabelecimentos é possível encontrar o litro a R\$ 4,55.

Segundo pesquisa realizada pelo Correio, em alguns postos de combustíveis, como o da 103 Norte, a gasolina chega a custar R\$ 4,90, enquanto que, na Estrada Parque Taguatinga (EPTG), os preços continuam mais em conta. Para o comerciante Elio Dias da Cruz, 49 anos, o que vale é pagar menos. “Já deixei de lado a importância que eu dava para as bandeiras. Agora, onde estiver mais barato, eu abasteço”, afirmou.

Com um gasto mensal de aproximadamente R\$ 250 com o combustível, ele destaca que, apesar de a gasolina ter diminuído cerca de R\$ 0,10, o preço do derivado do petróleo ainda é alto para o bolso do consumidor. “Nós viramos reféns do valor do combustível e temos que ficar em uma procura contínua para não acabarmos tendo prejuízo”, acrescentou.

Para a sócia da área de defesa da concorrência do L.O. Baptista Advogados Patrícia Agra, as projeções não são favoráveis para quem anseia pela queda do valor. O professor do Curso de Especialização em Mercado Financeiro e Investimentos da Universidade de Brasília (UnB) César Bergo destaca, entretanto, aposta em queda da cotação da moeda norte-americana. “A previsão é de que, nos próximos dias, o dólar caia e isso pode influenciar no valor da gasolina”, destacou. **(AP)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 12/09/2018****Seção: Brasil****Autor: André Ramalho, Rodrigo Polito e Daniel Rittner | Do Rio e de Brasília****Título: Leilão da cessão onerosa fica para 2019**

Não será possível realizar ainda neste ano o leilão dos excedentes da cessão onerosa, disse ontem **o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix.**

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou o envio para o Tribunal de Contas da União (TCU) das minutas do edital e do contrato do leilão.

Segundo Félix, a licitação está sendo preparada para o primeiro semestre de 2019, mas o cronograma dependerá do planejamento do novo governo.

O secretário destacou que a intenção é que sejam leiloados pelo menos 5 bilhões de barris.

Segundo ele, a forma como o governo pagará a Petrobras pela revisão do contrato da cessão onerosa está sendo discutida pelo Ministério da Fazenda e por representantes da estatal.

Félix sinalizou que o pagamento poderá ser feito em dinheiro, com parte dos recursos arrecadados no leilão dos excedentes.

O acordo para revisão do contrato da cessão onerosa "possivelmente" será assinado entre governo e Petrobras ainda neste ano, disse o secretário-executivo.

"Esperamos concluir esse tema. Possivelmente assinaremos os aditivos com a Petrobras e marcaremos o leilão para o segundo trimestre do ano que vem", disse Félix, durante cerimônia de assinatura dos contratos da 15ª Rodada de concessões de blocos exploratórios.

De acordo com o diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Décio Oddone, o órgão regulador está trabalhando na estruturação do leilão dos excedentes.

O projeto de lei que autoriza o acordo entre União e Petrobras já passou na Câmara dos Deputados, mas não andou mais depois do recesso parlamentar de julho.

Conforme explicou uma fonte, as minutas de edital e contrato aprovadas ontem pelo CNPE deixam em branco os valores do acordo com a Petrobras e do bônus de assinatura para os excedentes - ou seja, os pontos mais importantes do leilão.

A intenção do conselho foi apenas adiantar os trabalhos no Tribunal de Contas da União (TCU) enquanto esses outros pontos são concluídos. Mas esse funcionário lembra que a 5ª rodada do pré-sal, organizada em tempo recorde pela ANP, levou quatro meses e meio entre o aval do CNPE e a data efetiva do leilão.

Até o fim do ano, acrescenta a fonte, seria "impossível" resolver todas as pendências e ainda dar o tempo necessário para preparação das propostas pelas petroleiras após publicação do edital.

O governo arrecadou ontem R\$ 7,04 bilhões, de um total de R\$ 8,01 bilhões de bônus de assinatura relativo aos contratos firmados na 15ª Rodada de Licitações da ANP, realizada em março. Os recursos recebidos devem-se à antecipação da assinatura de contratos de concessão de dez blocos, de um total de 22 negociados no certame.

Os contratos foram assinados por cinco petroleiras: Petrobras, Shell, Equinor, ExxonMobil e QPI e referem-se a blocos das Bacias de Campos, Potiguar e Santos.

O edital da concorrência prevê a entrega dos documentos de assinatura até 28 de setembro e a assinatura até 30 de novembro. Conforme a ANP, os contratos relativos aos outros 12 blocos negociados na 15ª Rodada serão assinados pelos vencedores em novembro.

Oddone comemorou duas decisões tomadas pelo CNPE na área de óleo e gás. A primeira trata da inclusão de blocos já ofertados e não contratados dentro do polígono do pré-sal no regime de oferta permanente de áreas da ANP. A segunda é a inclusão de todos os blocos terrestres no mesmo regime.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/09/2018

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio

Título: ANP propõe mercado mais flexível para gás

Em meio às dificuldades para aprovar no Congresso o projeto de lei nº 6.407/2013, com as mudanças no marco regulatório do gás natural propostas no âmbito do Gás Para Crescer, o governo pretende avançar com algumas medidas que não dependam de mudanças legais. A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) encabeçará ainda neste ano algumas discussões que envolvem temas como a desverticalização do setor, acesso a infraestruturas essenciais e harmonização das regulações estaduais.

"Há muitas medidas infralegais que podemos usar para flexibilizar o mercado de gás", afirmou, ontem, o secretário-executivo do **Ministério de Minas e Energia (MME), Márcio Félix**.

O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, disse que a agência abrirá neste ano tomadas públicas para receber contribuições sobre, entre outras propostas, a desverticalização do setor. Desde 2013, a ANP veta a participação cruzada entre carregadores e transportadoras nos gasodutos de concessão leiloados pelo governo. Ou seja, a empresa que faz o transporte do gás não pode ter vínculo societário com o cliente do gasoduto (o carregador que contrata a capacidade do duto e que pode ser desde uma produtora de gás até uma distribuidora ou comercializadora).

O veto, contudo, nunca foi aplicado na prática, já que desde que a Lei do Gás foi regulamentada, em 2010, nenhum gasoduto foi licitado. Segundo Oddone, a ANP cogita estender a regra para os gasodutos já existentes, mas o assunto ainda será melhor discutido durante a tomada pública. Uma das possibilidades é criar uma regra de transição.

"A ideia é criar condições para que o transportador seja independente dos agentes que participam dos outros elos da cadeia", afirmou. "As companhias podem ter cinco anos para migrar para um modelo de transição ou ter 20 anos para fazer a desvinculação completa", exemplificou Oddone, sem detalhar quais empresas, na prática, poderiam ser afetadas.

Uma medida dessas pode obrigar a Petrobras a se desfazer integralmente de seus ativos de transporte. A estatal vendeu 90% da Nova Transportadora do Sudeste (NTS) e tem planos de se desfazer do controle da Transportadora Associada de Gás (TAG), mas ainda mantém fatias em todas as principais transportadoras do país. A Brookfield, que lidera o consórcio que comprou a NTS, e a Engie, uma das interessadas na TAG, por sua vez, podem vir a ser proibidas de participar dos demais elos da cadeia de gás, a depender do teor da resolução.

Outra medida, segundo Oddone, será criar um "pacto regulatório" entre a ANP e as agências reguladoras estaduais para tentar padronizar a regulação do setor.

Hoje, cada Estado possui uma regulação própria para o mercado de gás, muitas delas divergentes.

"A gente tentará, junto com os órgãos estaduais, padronizar a regulação, ver se consegue avançar sobre essa harmonização", afirmou Oddone, que participou ontem, no Rio, de cerimônia de assinatura de contratos de blocos negociados na 15ª Rodada, realizada em março. Foram assinados contratos de dez dos 22 blocos arrematados no leilão, o que gerou ao governo uma antecipação de R\$ 7,04 bilhões, de um total de R\$ 8,01 bilhões arrecadados.

A ANP também prevê publicar uma resolução disciplinando o papel de árbitro da agência nas negociações para acesso às infraestruturas essenciais, como unidades de processamento, terminais de gás natural liquefeito (GNL) e gasodutos de escoamento. Hoje, o proprietário não é obrigado a abrir sua capacidade para terceiros, mas pode negociar o acesso.

"É importante que ele [acesso negociado] seja isonômico, para evitar privilégios", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/09/2018

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Roraima sugere que Eletrobras reforme linhão da Venezuela

A governadora de Roraima, Suely Campos (PP), disse que sugeriu que a Eletrobras assuma a responsabilidade de fazer as melhorias necessárias na Linha Guri, rede de transmissão de energia venezuelana, para garantir a qualidade do fornecimento ao Estado.

Segundo ela, a estatal brasileira poderá firmar um convênio com a estatal venezuelana para viabilizar a intervenção na linha. "Essa é uma tratativa que vamos fazer futuramente", comentou, em entrevista.

Suely Campos esteve ontem à noite no Ministério de Minas e Energia segundo ela para cobrar explicações do **ministro Moreira Franco** sobre a possibilidade de o governo federal não honrar os compromissos de pagamento pela energia fornecida pela Venezuela.

Ao deixar o encontro, Suely afirmou que o abastecimento de energia elétrica do Estado está garantido.

"Não existe nenhuma possibilidade de interrupção no fornecimento de energia, nem por parte do Brasil nem pela Venezuela", afirmou a governadora. "Surgiu uma notícia que isso iria acontecer, mas isso não é verdade. O Ministério de Minas e Energia não foi comunicado de nada, da parte da Venezuela."

Suely explicou que o governo federal tem enfrentado dificuldade para operacionalizar os pagamentos. "Ele [o ministro] me disse que estão fazendo as tratativas de pagamento dessa conta de energia porque os bancos da Venezuela foram bloqueados pelos americanos", afirmou Suely. "Eles estão fazendo essas coordenadas bancárias para tentar, por outras vias, quitar essa conta", concluiu, ao mencionar o embargo imposto pelo governo dos Estados Unidos.

Mesmo com suprimento garantido pelos venezuelanos, a população de Roraima sofre com apagões frequentes por falta de manutenção adequada da rede de 211 quilômetros, entre Santa Elena (na Venezuela) e a capital, Boa Vista.

Suely disse que Roraima é o segundo Estado brasileiro que "mais cresce" economicamente e, por isso, precisa "energia confiável". Para ela, não é possível ficar sem a energia da Venezuela ou à conexão ao sistema nacional brasileiro, sendo totalmente dependente do abastecimento feito por meio de termelétricas. Isso, segundo ela, colocaria o Estado na "contramão da história".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/09/2018

Seção: Opinião

Autor:

Título: 'Esqueletos' jogam bilhões nas contas de energia

A previsão de que a energia elétrica vai subir no mínimo 15% neste ano já assusta. Se a estimativa se confirmar, será uma alta superior à dos planos de saúde que, por menos, conquistaram manchetes e atraíram a atenção dos institutos de defesa do consumidor. O pior é que as tarifas de energia devem ficar ainda mais caras no próximo ano, diante da perspectiva de que vários esqueletos do setor vão ser desenterrados e demandarão uma solução inevitavelmente custosa da parte do futuro presidente.

Em agosto, o preço da energia elétrica subiu 0,96%, sob efeito da vigência da bandeira tarifária vermelha, depois de ter saltado 5,33% em julho, e foi o que mais puxou para cima o IPCA. Mas, por influência de outros fatores, o IPCA teve queda de 0,04% no mês passado. No acumulado em 12 meses, a conta de luz acumula alta de 16,85%, quatro vezes mais do que a inflação de 4,19% no

período, contribuindo com 0,61 ponto percentual para o índice, e acima dos 12,67% dos planos de saúde.

O custo não deve parar por aí. De acordo com levantamento da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace), o futuro presidente vai se deparar com quase R\$ 90 bilhões em "bombas" tarifárias e esqueletos, em janeiro. Se for adotada a saída tradicional de jogar os problemas para a conta de luz, que o consumidor acaba pagando porque nem sabe o que está incluído por trás de siglas como Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), os passivos em potencial exigiriam um aumento de espantosos 50%.

A lista de problemas é tão extensa quanto antiga. Alguns deles nasceram antes da famigerada Medida Provisória (MP) 579, do governo de Dilma Rousseff, transformada na Lei 12.783. Um desses casos monta a R\$ 6 bilhões e envolve a tarifa social e o uso das térmicas construídas no racionamento de 2001. O Projeto de Lei 10.332, aprovado na Câmara, pode debitar essa conta no nome dos consumidores, além de socializar os custos com o atraso na implantação do gasoduto Coari-Manaus, que montam a R\$ 2 bilhões.

De acordo com a Abrace, duas despesas vão onerar as tarifas. Uma delas vai cobrar do consumidor R\$ 15 bilhões para compensar os efeitos da repactuação do risco hidrológico. A outra refere-se ao déficit de R\$ 5 bilhões na arrecadação das bandeiras tarifárias. As receitas obtidas com as bandeiras amarela e vermelha não têm bancado todo o custo do acionamento das térmicas caras. A diferença será incluída nos reajustes anuais das distribuidoras.

As duas contas mais caras envolvem a distribuidora Amazonas Energia, cuja privatização depende da transferência de um passivo de nada menos do que R\$ 20 bilhões para a Eletrobras. Quatro distribuidoras administradas em caráter precário pela holding, a Boa Vista (RR), a Cepisa (PI), a Ceron (RO) e a Eletroacre, foram leiloadas com sucesso nas últimas semanas. A Eletrobras cobra quase R\$ 11 bilhões do governo por alegados prejuízos com a operação temporária das distribuidoras, cujas concessões não foram renovadas em 2016, mas cujos serviços continuaram sendo prestados. E há ainda a questão das obras abandonadas da usina nuclear de Angra 3. A construção da usina já consumiu R\$ 15 bilhões e parou com o envolvimento das empreiteiras responsáveis pela obra na Operação Lava-Jato. O governo precisa decidir se vale a pena gastar mais R\$ 17 bilhões para concluir as obras em um momento em que há alternativas mais baratas. Por outro lado, dar o investimento como perdido parece uma decisão difícil de se digerir.

Além disso, o **Valor** apurou junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) que as tarifas vão aumentar em R\$ 2,5 bilhões para compensar o

déficit de geração das hidrelétricas, conta que totalizou R\$ 20 bilhões nos 12 meses terminados em julho. Há ainda custos não contabilizados, como uma disputa estimada em torno de R\$ 55 bilhões envolvendo indenizações reclamadas pelas transmissoras de energia por investimentos feitos e não amortizados por conta da MP 579, quando as concessões foram renovadas de forma automática, com redução de tarifas. Até hoje são visíveis os efeitos da MP 579, que causou grande desorganização no setor a pretexto de promover redução nas contas de luz de pelo menos 20%. Foram muitos os equívocos feitos. Algumas medidas tomadas para corrigir o rumo já elevaram as tarifas em percentual muito superior ao ganho prometido; e a perspectiva é de gastos maiores pela frente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/09/2018

Seção: Opinião

Autor: Vinícius Carvalho

Título: Quando a transparência cega

A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) abriu consulta pública sobre proposta de resolução que dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de dados de preços relativos à comercialização de combustíveis. A atitude, louvável, permitirá que agentes econômicos e demais interessados enviem contribuições para melhorar a regulação. Apesar da nobre iniciativa, a medida exige maior reflexão e deve ser reformada antes de passar a vigorar.

A proposta da ANP pretende estabelecer ampla transparência de preços de combustíveis como suposta solução para a precificação mais adequada do produto, questão central na origem da greve de caminhoneiros que paralisou o país e transformou o tema - o preço dos combustíveis - em uma questão à flor da pele naquele período.

As regras sugeridas seriam aplicáveis a produtores, importadores, distribuidores e revendedores de combustíveis. No caso da Petrobras e de importadores com participação relevante de mercado, a ideia da ANP é obrigar a divulgação dos preços e das fórmulas de precificação. Em contrapartida, distribuidores e revendedores também passariam a ter que informar preços à ANP, cabendo a ela dar publicidade a essas informações.

Ocorre que o aumento de preços dos combustíveis nos últimos anos no país resultou, em grande parte e com repercussão e reflexão menores do que o bom senso exigiria, dos aumentos contínuos da carga tributária que oneram o setor,

não de uma suposta falta de transparência. Olhando apenas para o ano de 2017, toda a cadeia precisou lidar com um grande aumento na carga tributária. No PIS/Cofins, a alíquota subiu de R\$ 0,3816 para R\$ 0,7925 para o litro da gasolina e de R\$ 0,2480 para R\$ 0,4615 para o diesel nas refinarias. Para o litro do etanol, a alíquota passou de R\$ 0,12 para R\$ 0,1309 para o produtor. Para o distribuidor, a alíquota, antes zerada, chegou a R\$ 0,1109. No total o etanol hidratado passou de R\$ 0,1200 para R\$ 0,2418.

Além disso, uma série de fatos provocou um efeito em cadeia: aumento de ICMS nos Estados, maior percentual de mistura do biodiesel no produto final - o que, conseqüentemente, elevou o custo -, e uma impactante alta de mais de 20% no preço do óleo cru e safra de etanol menor, pressionando a entressafra. Sem falar na criação de um imposto para a importação do etanol. Um enorme aumento de custos que gerou impacto na bomba e aumentou uma carga que já era pesada para o revendedor. Uma situação que poderia ser revertida a partir da flexibilização do imposto a cada aumento ou diminuição do custo da matéria prima. Uma solução simples, justa e mais eficaz para a lógica de mercado.

Aumentos resultaram, em grande parte, de aumentos de tributos, não de uma suposta falta de transparência

A consulta proposta pela ANP não leva em consideração esses fatores como sendo alguns dos principais a influenciarem o aumento de preços. E nem o fato de que estamos tratando de um mercado bastante complexo e cheio de nuances que não podem ser ignoradas. Cada litro de gasolina, etanol ou diesel vendido no Brasil tem seu preço composto basicamente por cinco parcelas distintas: preço de aquisição do produto, tributos, logística (frete, armazenagem e manuseio), remuneração dos distribuidores e remuneração dos revendedores. Cada etapa da cadeia influencia diretamente o preço para cima ou para baixo.

E o pior é que, apesar de bem-intencionadas, medidas de transparência em um setor como o de combustíveis podem resultar em uma nova elevação de preços ao consumidor, por dois motivos.

Em primeiro lugar, a transparência pode facilitar com que agentes de mercado coordenem suas políticas comerciais - mesmo sem nenhum acordo explícito -, o que pode gerar preços e lucros acima de níveis competitivos, chegando, eventualmente, a patamares que poderiam ser próximos dos existentes em uma situação de monopólio - o que a literatura econômica costuma chamar de colusão tácita.

Em segundo lugar, a transparência pode facilitar a realização e principalmente o monitoramento de acordos ilícitos, como os que caracterizam a prática de cartel, por exemplo.

Há inúmeros estudos e experiências internacionais que apontam para esse fenômeno, inclusive no setor de combustíveis. Muitos deles foram compilados em uma nota técnica produzida pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que recomendou à ANP que esta fosse cuidadosa com a transparência de preços no setor e deixasse de publicar alguns dados sobre preços, diante do risco de sua elevação. Em resumo, a proposta da ANP pode criar condições para uma redução da concorrência no setor que, por sua vez, poderia acarretar um aumento de preços, prejudicando o consumidor final, em vez de beneficiá-lo.

Cabe lembrar também que o modelo de livre concorrência e de liberdade de preços adotado pela lei que criou a ANP em 1997 representa um avanço com relação a um passado não muito distante, quando tínhamos tabelamento de preços e amplo controle governamental, medidas claramente ineficientes para o setor de combustíveis. Desde 2002, os preços do setor são livres e, em termos reais, caíram consideravelmente no período entre 2012 e 2017. A própria ANP já reconheceu, inclusive, que os preços devem continuar livres, quando recuou de propostas que estipulavam regras de periodicidade de ajustes de preços. Os riscos permanecem, contudo, diante da contradição entre a ideia de liberdade de preços e exigências de publicidade de fórmulas e dados sobre preço.

Há situações em que a transparência não é um valor em si. Em uma economia de mercado o seu limite aparece quando ela inibe a concorrência em vez de estimulá-la. E isso é tudo que o país não precisa neste momento. É preciso discutir o aprofundamento do modelo de liberdade de preços e uma revisão da estrutura tributária, diminuindo as alíquotas abusivas e assegurando que os sonegadores paguem os tributos devidos. Somente assim o consumidor poderá ser beneficiado.

Vinícius Marques de Carvalho é professor de Direito Comercial da USP, sócio de VMCA Advogados e ex-presidente do Cade.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/09/2018

Seção: Opinião

Autor: Fabio Giambiagi

Título: 2019 (VII) - As concessões

Hoje entrego o sétimo artigo com propostas para o governo a ser empossado em janeiro. Em 1984, quando comecei a trabalhar, a década de 1950 parecia ter ocorrido na semana anterior. O setor siderúrgico no Brasil era considerado "estratégico", em função dos ecos da criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), quando o Estado ser "dono" do aço era visto como essencial diante da possibilidade de algum tipo de conflito bélico. Hoje, 34 anos depois, essas questões parecem expressões da época das cavernas.

Por essas transformações, coisas que eram vistas como politicamente impossíveis começam a ganhar espaço no debate. Mesmo assim, as resistências são consideráveis. Nunca se deve subestimar as forças do atraso. Por isso, é muito importante que quem vier a ser eleito em outubro assuma a bandeira de um intenso e vasto programa de concessões na infraestrutura.

Ter o lastro de poder dizer que esse ponto programático foi aprovado pelo eleitorado ajudará muito a enfrentar as forças contrárias à medida, que certamente aparecerão.

A razão da necessidade de um programa desse tipo está expressa no gráfico. Em 2003, o investimento do governo federal foi praticamente a zero. Depois disso, em um contexto inicialmente de melhora da receita e, anos depois, de piora do déficit público, ele chegou a 1,3 % do PIB, mas após 2014 caiu muito e em 2019 poderá encolher mais ainda. Assumindo que a regra do teto do gasto foi a base para a recuperação da confiança dos mercados que permitiu a acomodação do dólar em 2017, a queda dos juros e o cenário benigno de inflação, seria bom considerar que o teto veio para ficar por algum tempo.

A recuperação do investimento público é, portanto, uma realidade muito difícil de alcançar no curto prazo. Como, ao mesmo tempo, há que aumentar o investimento da economia, urge identificar outras formas de fazê-lo.

Cabe fortalecer o PPI e jogar o peso político do Executivo para que os programas de concessão avancem

Nesse terreno, não há muito que inventar. O que cabe é fortalecer o Programa de Parcerias em Investimento (PPI) e jogar o peso político do Executivo para que os programas de concessão avancem nas diversas áreas. Nesse sentido, C. Frischtak - a quem agradeço a colaboração na elaboração deste artigo -, J. Mourão e J. Noronha elaboraram para a Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 2017 um documento cujas linhas gerais deveriam constituir as bases do que vier a ser feito nesse campo em 2019. Resumidamente, as propostas dos autores, referentes aos principais modais e setores de infraestrutura, podem ser sintetizadas nos seguintes pontos:

- 1- No setor de saneamento, vender a maior quantidade de empresas, formar consórcios municipais para viabilizar a privatização do serviço e aumentar a participação do setor privado;
- 2- No setor portuário, transferir as administrações portuárias ao setor privado, com escolha de um par de projetos-piloto para testar o modelo e posterior extensão a outras empresas visando a privatização das Cia. Docas;
- 3- No setor rodoviário, facilitar as condições para as concessões, com redução de exigências nas fases em que ainda não haverá demanda pelo uso de estradas que justifique grandes investimentos, privilegiando os esforços de manutenção e procurando atrair empresas de porte médio, em substituição às tradicionais, afetadas pelas investigações da Lava-Jato;
- 4- No setor ferroviário, estender os contratos de concessão com compromisso de novos investimentos e garantia de direito de passagem em bases competitivas, permitindo maior integração entre as malhas e modais, além de avançar no programa de concessões e liquidar a Valec;
- 5- No setor aeroviário, privatizar a Infraero;
- 6- No setor elétrico, privatizar todas as distribuidoras em poder da Eletrobras e vender ativos de participação em usinas e linhas de transmissão; e
- 7- No setor de gás natural, vender as participações diretas e indiretas da Petrobras nas empresas distribuidoras de gás a uma gama variada de compradores e estimular a competição mediante uma regulação que permita o livre acesso à malha de dutos.

As privatizações e, por extensões, as concessões, têm sido atacadas com o argumento de que elas representariam o "abandono" das preocupações do Estado em relação à oferta e à qualidade dos serviços públicos ao cidadão. Trata-se de uma visão distorcida da realidade. Como dizem, corretamente, os autores daquele documento, nesse processo cabe ao Estado "assegurar contratualmente e do ponto de vista regulatório que a provisão privada de serviços eminentemente públicos atenda ao interesse da população" e "atrair o setor privado para investir e prover esses serviços, evitando os extremos da expropriação regulatória, por um lado, e dos lucros de monopólio, por outro". Esse é o caminho que precisamos seguir.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 12/09/2018****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: Petrobras entra em nova fase de exploração**

Menos de um ano após adquirir Peroba, no pré-sal da Bacia de Santos, a Petrobras pretende iniciar já no próximo mês a campanha exploratória da área. A perfuração marca um novo ciclo de exploração da estatal, concentrada nos 20 ativos adquiridos nos leilões da Agência Nacional de Petróleo (ANP) desde o ano passado.

Além da Petrobras, outras companhias como a Equinor (ex-Statoil) e Shell têm planos de acelerar as perfurações no pré-sal, em áreas recém adquiridas.

O início das perfurações da estatal brasileira em Peroba se dá apenas nove meses após a assinatura do contrato de aquisição da área, em janeiro. O ativo foi arrematado em outubro, na 3ª Rodada de partilha do pré-sal, por R\$ 2 bilhões, sendo R\$ 800 milhões pagos pela estatal brasileira. A Petrobras opera a área com 40%, em sociedade com a BP (40%) e a chinesa CNODC (20%).

Além de Peroba, a Petrobras também já se prepara para perfurar na área de Alto do Cabo Frio Central (Bacia de Campos), também adquirida na 3ª Rodada do pré-sal, e no setor SC-AP3, que concentra os seis blocos exploratórios na Bacia de Campos arrematados pela estatal brasileira em parceria com a ExxonMobil, na 14ª Rodada de concessões, também em 2017. A Petrobras já iniciou o processo de licenciamento ambiental para essas duas campanhas.

Em apresentação feita a investidores, nesta semana, a estatal destacou que a perfuração de Peroba marca uma "nova dinâmica da fase exploratória", depois de a companhia ampliar em 31% sua área exploratória desde 2017.

Ao todo, a petroleira já pagou R\$ 6,15 bilhões na aquisição de 20 blocos desde o ano passado. Para a 5ª Rodada de partilha, prevista para o próximo dia 28, a empresa já manifestou o direito de preferência pela aquisição de mais um ativo: Sudoeste de Tartaruga Verde, área adjacente ao campo de Tartaruga Verde, operado pela empresa na Bacia de Campos.

A Equinor é outra empresa que tem planos para o pré-sal no curto prazo. A petroleira norueguesa espera iniciar, ainda neste ano, a perfuração de Carcará Norte, no pré-sal da Bacia de Santos, área adjacente à descoberta de Carcará. A

companhia recebeu, na semana passada, a licença ambiental para perfurar na área, arrematada na 2ª Rodada de partilha do pré-sal, em 2017.

Ao todo, a Equinor pretende perfurar, nos próximos dois anos, até cinco poços de "alto impacto" nas bacias de Campos e Santos. A empresa acredita que o potencial de seu portfólio exploratório no Brasil é comparável às descobertas gigantes da companhia na costa norueguesa da década de 1970 e 1980.

Desde o ano passado, a petroleira já pagou R\$ 2,376 bilhões em bônus de assinatura pela aquisição de sete blocos exploratórios nos leilões da ANP. Apenas Carcará Norte foi adquirido sob a condição de operadora.

A Shell também adotou a estratégia de antecipar o licenciamento dos contratos arrematados nas rodadas do pré-sal do ano passado. A companhia já está licenciando a perfuração de poços nas áreas de Sul de Gato do Mato e Alto de Cabo Frio Oeste, ambos os ativos localizados na Bacia de Santos, e pretende iniciar as campanhas de perfuração em 2019.

A multinacional arrematou, desde o ano passado, oito blocos exploratórios, sendo quatro deles como operadora. Ao todo, a companhia desembolsou R\$ 1,245 bilhão pelos ativos

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Anji Raval | Financial Times

Título: Furacão Florence e queda na previsão de produção dos EUA puxam cotações

Os preços do petróleo subiram ontem quase US\$ 2 o barril, num momento em que o furacão Florence ameaçou os mercados de gasolina da Costa Leste dos Estados Unidos e em que dados do governo americano mostraram que a produção interna de petróleo em 2019 deverá ter crescimento mais lento do que o estimado.

O furacão, que deverá ganhar força e chegar à terra firme na sexta-feira, é a tempestade mais poderosa a ameaçar os Estados de Carolina do Norte e do Sul em quase trinta anos, disse o Hurricane Center dos EUA, com ventos de 130 milhas por hora (208 km por hora) e "inundação" potencialmente "ameaçadora à vida" decorrente da ascensão das águas.

"Uma tempestade como essa causa um aumento das compras de combustíveis", disse Jeanette Casselano, porta-voz do grupo American Automobile Association

da indústria automobilística. "Os motoristas podem esperar picos dos preços nos postos que, embora breves, poderão ser drásticos."

Paralelamente, a Administração de Informações sobre Energia, do Departamento de Energia dos EUA, disse prever que a produção nacional de petróleo bruto aumentará em 840 mil barris/dia, para 11,5 milhões b/d, no ano que vem. É um volume menor do que o aumento de pouco mais de 1 milhão de b/d, para 11,7 milhões de b/d previsto inicialmente.

O surto de expansão do petróleo de xisto nos EUA abriu caminho para que a produção alcançasse mais de 10 milhões de b/d, mas a prospecção na bacia do Permiano, depósito fundamental de petróleo, começou a perder impulso devido à limitada capacidade dos oleodutos de retirar o petróleo.

O referencial americano WTI subiu US\$ 1,89 o barril, a US\$ 69,43, enquanto o petróleo bruto tipo Brent, o referencial internacional, aumentou US\$ 1,78 o barril, para US\$ 79,14, no pregão do fim da tarde de ontem em Londres.

Observadores do mercado de petróleo, além disso, acompanham atentamente as sanções americanas iminentes sobre o setor energético iraniano, que deverão atingir as exportações de petróleo bruto do país e poderão fazer com que o mercado como um todo se defronte com uma crise.

A Arábia Saudita e seus pares filiados e não à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) estão elevando a produção mais lentamente que o previsto, gerando dúvidas sobre a oferta de petróleo quando as sanções entrarem oficialmente em vigor, em novembro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Ivan Ryngelblum | De São Paulo

Título: Indefinição política pesa sobre futuro da petroleira, avalia UBS

Analistas do UBS consideraram os dados apresentados na segunda-feira pela Petrobras, em evento com investidores, realizado em São Paulo, como positivo para o caso de investimento da empresa, por indicarem que o processo de desalavancagem está em curso, assim como o processo de venda de ativos. Mas existe um componente político que deve ser considerado. O banco manteve a recomendação para as ações preferenciais em neutro e preço-alvo em R\$ 19,50.

"Acreditamos que o caso de investimento da Petrobras é sólido, com valor atrativo em relação aos seus pares, mas a principal dúvida em nosso cenário é em relação a continuidade, diante do potencial de mudança de opinião do acionista majoritário após as eleições de 2018", afirmaram, em relatório, Luiz Carvalho e Gabriel Barra.

Eles destacaram que a Petrobras está bem encaminhada para expandir a produção de petróleo, com a entrada em operação de seis unidades ainda neste ano, apenas aguardando a chegada de plataformas marítimas de produção e armazenamento de petróleo e gás (FPSO, na sigla em inglês). "Nós vemos o portfólio de ativos de exploração e produção como bastante competitivos globalmente", afirma trecho do relatório.

Os analistas também consideraram positivo os esforços da Petrobras de reduzir a alavancagem, medida pela relação entre a dívida líquida e o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês), para 2,5 vezes em 2018, com uma dívida líquida de US\$ 69 bilhões.

Também em relatório com base no encontro de segunda-feira, o Itaú BBA estimou que o Ebitda da Petrobras deve totalizar US\$ 27,6 bilhões neste ano. O banco manteve a recomendação para as ações preferenciais em neutro e o preço-alvo em R\$ 27,00.

A estimativa foi feita assumindo o objetivo de atingir dívida líquida de US\$ 69 bilhões e uma relação entre a dívida líquida e o Ebitda fique em 2,5 vezes no ano. Ela representaria um crescimento de 15% em relação ao resultado de 2017.

"Isto [valor] não está distante dos atuais resultados da Petrobras, uma vez que o Ebitda totalizou US\$ 16 bilhões no primeiro semestre", diz trecho do relatório assinado pelo analista André Hachem. Ele ressalta que, diante das contestações jurídicas feitas a algumas iniciativas de venda de ativos, o processo de desalavancagem exigirá que a Petrobras produza um Ebitda elevado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: 'Judicialização sistêmica' ameaça investimentos em energia

As intervenções do judiciário no setor elétrico têm crescido cada vez mais, mas ainda sem colocar em risco a atratividade do segmento, que tem liderado a

captação de novos investimentos em infraestrutura nos últimos anos e demonstrando uma resiliência grande, de acordo com a avaliação de especialistas ouvidos pelo **Valor**.

O maior problema não se refere às liminares "conjunturais", como as obtidas por investidores nos leilões de transmissão de junho e A-6 de agosto, que atrasaram o início dos certames em cerca de sete horas. Nas duas ocasiões, as decisões foram derrubadas pela União no mesmo dia, e os leilões contaram com competição acirrada e grandes deságios em relação aos preços máximos.

Para o coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), da UFRJ, professor Nivalde de Castro, essa judicialização conjuntural tem baixo impacto no setor, visto pelos resultados expressivos obtidos nas licitações.

A judicialização "estrutural", porém, oferece um risco à atratividade do setor elétrico. É o caso, por exemplo, do déficit de geração das hidrelétricas (GSF, na sigla em inglês), cujo problema assustou grandes empresas do setor de geração de novos investimentos. O **Valor** apurou que o órgão do governo chinês que administra as estatais, a Sasac, vetou que empresas do país participem do leilão de privatização da Cesp, marcado para 2 de outubro. Os motivos para isso envolvem tanto o risco hidrológico, que tem dado trabalho para China Three Gorges (CTG) na gestão de suas hidrelétricas, quanto as incertezas sobre os enormes passivos judiciais não provisionados no balanço da estatal paulista.

"O investidor tem mais medo da judicialização de médio e longo prazo do que de questionamentos pontuais", disse Rodrigo Leite, sócio do Leite, Roston, Chaves, Saciotto e Burr Advogados. Segundo ele, as principais discussões que podem chegar a afastar investidores incluem questões como o GSF, as indenizações de ativos antigos de transmissão, e brigas na Justiça por conta de incentivos cruzados.

Já a judicialização "pontual", como as liminares que suspenderam os leilões recentes, não assusta tanto. "Antes, havia ações na Justiça só para obras grandes, como a hidrelétrica de Belo Monte. Agora, vemos todo mundo na Justiça. Os novatos estão indo um pouco despreparados aos leilões, fazendo cadastramentos errados. Talvez seja necessário mais preparo", disse Thais Prandini, diretora executiva da Thymos Energia, consultoria que assessora diversos participantes de leilões.

Para Carlos Eduardo Gomes, analista do setor elétrico e sócio da Pacífico Gestão de Recursos, é comum haver pedidos de liminares às vésperas de leilões, o que não afeta a atratividade dos certames. Segundo ele, um ponto positivo, no caso dos leilões de privatização, é a definição de uma equipe de plantão da

Advocacia Geral da União (AGU) para agir rapidamente nas situações de pedidos de liminares por opositores aos leilões.

O analista aponta como mais prejudicial ao setor a judicialização derivada do problema do GSF. Gomes, porém, vê com bons olhos a proposta do governo de repactuação do risco hidrológico que permite ao gerador hidrelétrico a extensão do contrato de concessão de usina, em contrapartida ao pagamento das despesas relativas ao GSF. A proposta está incluída em projeto de lei em trâmite no Senado e pode ser aprovada logo após as eleições.

"A judicialização estrutural mostra que há falhas no marco regulatório, no modelo de comercialização e na questão de falta de garantias efetivas. Isso faz com que grupos e empresas que normalmente operam a fio d'água e que estão com GSF muito alto, na fase de início de operação do empreendimento, sejam obrigadas a entrar na Justiça", disse o professor Nivalde de Castro. Ele destacou ainda que o GSF dessas hidrelétricas em geral é elevado não por responsabilidade delas, mas por efeitos provenientes da forma de operação do sistema elétrico.

Esse tipo de problema sistêmico, sim, pode aumentar a taxa de retorno exigida por investidores de perfil mais conservador. Um analista de uma gestora que falou sob condição de anonimato contou que empresas já deixaram de participar de leilões de energia pela percepção de crescimento do risco.

O aumento das brigas do setor elétrico na Justiça levou o tema à segunda edição do Fórum Nacional da Concorrência e da Regulação (Fonafre), promovida pela Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) no fim de agosto em Campinas, interior de São Paulo. Ao fim do encontro, foram aprovados novos "enunciados" (dispositivos sem força de lei, mas que servem como referência para a atuação do judiciário) específicos para o setor elétrico.

Para Rômulo Greff Mariani, advogado do Souto Corrêa, a publicação dos enunciados é bem-vinda, desde que não signifique uma "carta branca" para favorecimentos da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e do poder concedente. O enunciado 22, por exemplo, diz que as partes devem ser ouvidas antes do deferimento de liminar que altere marco legal regulatório. O enunciado 20, por sua vez, diz que ao decidir questões regulatórias do setor de energia, os juízes devem ter em conta os problemas sistêmicos e econômicos que as decisões podem causar.

"Um ponto positivo é que, de fato, se espera bastante atenção de um magistrado quando ele se depara com uma demanda", disse Mariani. O enunciado seria aplicável às brigas do GSF, cujas liminares tiveram efeitos sistêmicos e de efeito cascata em todo o setor. "Minha preocupação é que isso

feche as portas do judiciário para o setor", completou. Segundo ele, nem sempre os reguladores e o poder concedente acertam. "Quando se fala em judicialização no setor eu sempre pergunto: é causa ou consequência? Não digo que todos os pleitos são legítimos, mas o poder judiciário atuante,

independente e imparcial é parte fundamental desse pilar chamado estado democrático de direito", completou.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	12/09/2018
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Curta

Minério cai na China O minério de ferro negociado no porto de Qingdao, na China, registrou queda ontem de 0,21%, para US\$ 67,67 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin". O índice leva em conta o produto com teor de ferro de 62%. Mesmo com o recuo na cotação desde segunda-feira, a commodity permanece em alta de 2% em setembro.

No ano, a desvalorização é de 6,8%. No mercado futuro, os contratos do minério para janeiro recuaram 1,1% em Dalian, para 492,5 yuans a tonelada. Para o aço, os futuros da bobina a quente caíram 1,36% em Xangai, 3.997 yuans a tonelada.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	12/09/2018
Seção:	Finanças
Autor:	Luís Eduardo Leal De São Paulo
Título:	Apple e setor de energia dão o tom em NY

Os receios em torno do comércio exterior, que contiveram os mercados acionários da Europa e enfraqueciam as ações em NY no início da sessão de ontem, deram lugar a certo nível de otimismo entre os investidores, levando os três índices de referência de Nova York a encerrar o dia com ganhos moderados. Quem ajudou a puxar o mercado foi a Apple (alta de 2,53%), na véspera do evento anual de lançamento de novos modelos e versões de produtos, além do avanço do setor de energia, com o petróleo em alta de mais de 2% na terça-feira.

Refletindo a menor percepção de risco, os juros dos Treasuries também voltaram a avançar na sessão, com o da T-note de dez anos mais próximo de retomar a marca de 3%, encerrando o dia em Nova York a 2,979%, comparado a 2,937% do fim de segunda-feira. O movimento refletiu o posicionamento dos investidores em renda fixa para sinais de política monetária mais restritiva nas reuniões de política monetária desta semana do Banco Central Europeu (BCE) e do Banco da Inglaterra (BoE, na sigla em inglês).

A recuperação do setor de tecnologia, iniciada na segunda após quatro sessões de perdas, prosseguiu ontem, com o Nasdaq liderando os ganhos da sessão, à frente de Dow Jones e S&P 500, com avanço, além da Apple, de Facebook (ganho de 1,07%) e Microsoft (1,70%). O Dow Jones fechou o dia em alta de 0,44%, aos 25.971,06 pontos, o S&P 500, ganhou 0,37%, a 2.887,89 pontos, e o Nasdaq, de 0,61%, a 7.972,47 pontos.

Na semana, o Dow Jones avança 0,21%, o S&P 500, 0,56%, e o Nasdaq, 0,88%. Mas no mês o desempenho ainda é misto, com o Dow Jones em alta de 0,02%, e S&P 500 e Nasdaq com perdas, respectivamente, de 0,47% e 1,69%. A oscilação entre a mínima e a máxima do dia chegou a 266 pontos para o Dow Jones, com as ações da Apple e de energia contribuindo decisivamente para que o índice interrompesse sequência de perdas, sobrepondo-se às incertezas que ainda pesam sobre o comércio exterior, especialmente na relação EUA-China.

Além do setor de tecnologia, telecomunicações esteve entre os de melhor desempenho no dia, assim como o de energia, com o forte avanço do petróleo na sessão.

Os preços da referência americana de petróleo, o WTI, fecharam a sessão de terça-feira no maior nível em uma semana, em alta de 2,53%, ou US\$ 1,71, a US\$ 69,25 por barril, na Bolsa de Mercadorias de Nova York (Nymex). Os contratos do Brent para novembro subiram 2,18%, a US\$ 79,06 por barril, na ICE, em Londres. Os preços do petróleo acentuaram os ganhos durante a sessão eletrônica após a divulgação pelo Instituto Americano do Petróleo (API, na sigla em inglês), uma entidade setorial, de queda de 8,6 milhões de barris nos estoques da commodity nos EUA na semana até 7 de setembro. **(Com agências internacionais)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/09/2018

Seção: Finanças

Autor: Silvia Rosa | De Florianópolis

Título: Petros atualiza estatuto para reforçar governança

A Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, está atualizando seu estatuto para reforçar a governança. Segundo Walter Mendes, presidente da fundação, a atualização deve ser enviada para apreciação do conselho ainda em setembro. O processo é acompanhado pelo escritório de advocacia Campos Mello.

O presidente da Petros afirmou que já foram produzidos relatórios sobre irregularidades apuradas em investimentos da fundação. Os relatórios foram encaminhados para o Ministério Público e para a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Mendes lembra que a Petros fez uma apuração interna sobre irregularidades no fundo, como no caso do investimento em participação na Itaúsa, holding de investimentos do Itaú, em 2010. A Petros acusa os antigos dirigentes de terem descumprido normas e faltado com dever de diligência na operação de compra dessa fatia da Itaúsa. Segundo a Petros, a transação causou prejuízo de mais de R\$ 500 milhões à fundação. "Mas temos que ter cuidado com esses processos. Temos que ter indícios claros [de irregularidades] e não temos todos os instrumentos para fazer a coleta de provas", diz.

O presidente da Petros afirmou ainda que a criação de um novo plano de contribuição definida (CD) depende da Petrobras. O plano ainda precisa ser aprovado pela Previc. A ideia é fazer a migração dos participantes dos planos de benefício definido (BD) para o CD. O antigo plano BD, o PPSP, foi dividido em abril em dois outros planos o PPSP R e o PPSP NR. O primeiro reúne os participantes que aceitaram a repactuação sobre a mudança cálculo para a correção do pagamento dos benefícios.

MME / ASCOM .